

## Escolhas que matam

Clemente Ganz Lúcio (\*)

As crises econômicas e as recessões são fenômenos que atormentam as sociedades nesses dois séculos de capitalismo

Causas diversas estão na origem de cada crise e podem ser tratadas de formas diferentes, conforme as distintas correntes de pensamento econômico. O debate acompanha as escolhas de políticas econômicas dos governos e as decisões de empresas, investidores, bancos, entre outros. As sociedades assistem, às vezes participam, mas sempre sofrem as consequências das crises e das medidas tomadas para enfrentá-las.

Desdobramentos assombrosos, como guerras, conflitos sociais, empobrecimento e miséria, desemprego, arrocho salarial e fome tecem a teia de mazelas que uma cada contexto histórico específico. Para poucos, quer dizer, para os mais ricos, as crises são oportunidade para enriquecerem ainda mais, comprando ativos baratos, ganhando com juros, arrochando devedores e garimpando oportunidades. Com as crises, esses poucos ganham com o sofrimento de muitos!

As crises criam os derrotados pelo desemprego, destituídos de capacidade para gerar a renda para o consumo da família, muitos perdem casa e bens, e outros veem a família se desagregar. O desespero abate e adquire faces perversas que destroem o horizonte das pessoas e as perspectivas de futuro de uma nação. Mais dramático ainda é o destino daqueles que não têm autonomia para lutar e se defender, como as crianças.

Estudo divulgado pela Fundação Abrinq (<http://fad.org.br>) mostra que a mortalidade infantil voltou a crescer no Brasil, depois de uma década de contínua redução. O número de óbitos de crianças entre 1 e 4 anos passou de 5.595, em 2015, para 6.212, em 2016, aumento de 11% no período. No caso das crianças com entre 1 mês e 1 ano de idade, o número de mortes subiu 2%,

de 11.001 para 11.214.

Qual o motivo? O desemprego faz os estragos conhecidos, mas as decisões governamentais são ainda mais perversas, porque quando a crise afeta a receita fiscal do Estado, os gastos sociais são cortados. Diante de uma crise, o governo cobra mais impostos de quem pode – dos ricos – ou faz cortes. E os cortes deveriam atingir quem pode aguentar o tranco da recessão. Os gastos com a manutenção do atendimento social e destinados a financiar a saída da crise deveriam ser mantidos.

O pior corte é aquele que fragiliza ainda mais as condições dos mais fracos, quer dizer, de crianças e pobres. A própria Fundação Abrinq mostra onde acontecem cortes nos programas sociais. Um exemplo é o programa Rede Cegonha, cuja atenção é voltada à mãe no pré-natal, ao parto e à criança, do nascimento até os dois anos, em que o governo aplica hoje somente pouco mais de 10% dos recursos que deveria aplicar.

Os cortes se espalham pelos programas de alimentação, educação, saúde, saneamento, Mais Médicos, entre tantos outros. As consequências são graves, e podem levar a óbito pessoas que dependem desses serviços ou ainda acarretar sequelas, muitas vezes, irreversíveis a outras. Por isso é sempre bom falar da importância da escolha de parlamentares e governantes por meio do voto. Eles decidem como arrecadar impostos e como aplicá-los.

Os trabalhadores são a maioria da população, mas se tornam minoria porque dão poder, pelo voto, àqueles que decidem contra seus interesses. São decisões que podem desempregar, arrochar salários, tirar direitos e matar. Há caminhos para fazer a economia crescer, gerar empregos, proteger direitos e garantir a vida diante das adversidades.

Por isso, atenção às escolhas faz muita diferença!

(\*) - É Sociólogo, diretor técnico do DIEESE e membro do CDES - Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e do Grupo Reindustrialização.

## Modernização obriga sindicatos a ofertar melhores serviços



Fábio: nova legislação é um duro baque nos sindicatos pelegos.

A modernização da legislação trabalhista está fortalecendo os sindicatos verdadeiramente representativos das categorias e excluindo aqueles que só existiam em função da contribuição sindical obrigatória. Antes da nova regra, a arrecadação ultrapassava R\$ 3,6 bilhões por ano, e não havia qualquer fiscalização a respeito de como o dinheiro era aplicado.

Passados seis meses da entrada em vigor das novas regras, a arrecadação dos sindicatos caiu 88%, conforme dados do Ministério do Trabalho. Em abril, o volume arrecadado foi de R\$ 102,5 milhões, queda de 90% na comparação com o mesmo período de 2017. Os números confirmam as previsões feitas pelo deputado Rogério Marinho (PSDB-RN) durante os debates

na Comissão Especial que promoveu a reforma.

Outros deputados do PSDB também comentaram os dados. “Um dos grandes avanços foi o fim desse imposto sindical. Seis meses após reforma trabalhista, arrecadação de sindicatos desaba 88%”, escreveu o deputado Silvio Torres (SP) nas redes sociais. Para Fábio Sousa (GO), o fim da contribuição obrigatória é uma medida positiva, pois garante ao trabalhador o direito de não contribuir.

Com a queda de arrecadação, os sindicatos estão precisando se reinventar. “Eles terão que representar verdadeiramente as pessoas da sua classe e fazer um bom trabalho se quiserem conquistar associados para fortalecer o caixa sindical”, completou Fábio (psdbnacâmara).

## Senado aprovou ISS sobre aplicativos pelo município do embarque

A proposta que muda as regras de tributação sobre os aplicativos de transporte de passageiros, como Uber, Cabify, 99, Pop e similares, foi aprovada no Plenário do Senado

O texto agora segue para avaliação da Câmara. De autoria do senador Aírton Sandoval (MDB-SP), o projeto altera a dinâmica do recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS). O tributo será cobrado pelo município do local do embarque do usuário e não onde está sediada a empresa de tecnologia, como ocorre atualmente.

O autor alega que a intenção é distribuir mais equitativamente entre os municípios o produto da arrecadação do ISS. “O projeto tem o espírito de justiça e de defesa dos municípios brasileiros. Não é justo que os recursos arrecadados com esses aplicativos fiquem concentrados em um só município”, argumentou Sandoval. A ideia da proposta é melhorar a distribuição dos recursos.

Relator do projeto, o senador Armando Monteiro (PTB-PE) disse que a tendência é que esses recursos tecnológicos cres-



A chegada dos serviços de transporte a diversos municípios gerou expectativa de aumento de arrecadação por parte das prefeituras.

çam ainda mais nos próximos anos. “A intenção é distribuir de forma mais equitativa. Trata-se de fazer justiça e de equilíbrio fiscal”. Monteiro ponderou que a simples modificação do local onde se considera prestado o serviço colocaria as empresas que administram os aplicativos em situação crítica, consideran-

do os milhares de municípios brasileiros, cujas administrações tributárias poderiam exigir informações e obrigações acessórias diferentes.

A proposta original do projeto foi integralmente mantida pelo relator. Mas, para evitar que as empresas sejam expostas à situação de impossibilidade de

cumprimento de seus deveres, Armando propôs a padronização de obrigações e procedimentos. As autoridades fiscais, em contrapartida, vão colocar, na mesma plataforma eletrônica, informações como alíquotas, arquivos suportes a serem preenchidos e dados bancários para pagamento (Ag.Snado).

## Perda de imóvel utilizado como cativoiro

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara aprovou ontem (6) proposta que estabelece a perda, em favor da União, de imóveis utilizados como cativoiro nos crimes de sequestro e cárcere privado, quando o proprietário participar do crime. O texto aprovado foi o substitutivo do deputado Delegado Edson Moreira (PR-MG) ao projeto do deputado Carlos Sampaio (PSDB/SP).

Conforme a proposta, o juiz deverá declarar a perda do imóvel expressamente na sentença. “Esses crimes banalizaram-se com o correr dos anos. É preciso que a lei penal restrinja ao máximo as oportunidades da delinquência, e a perda do imóvel utilizado funciona como intimidação do delito”, disse Moreira.

Um destaque apresentado pelo PT e aprovado pela comissão garantiu o retorno, ao texto, de dispositivo previsto no projeto original, que garante que a perda não poderá ser declarada no caso de bens de família. A proposta foi aprovada em caráter conclusivo e, portanto, deve seguir ao Senado (Ag.Câmara).

## Maggi: tabela de fretes está fora do padrão e deve ser revista

O ministro da Agricultura, Blairo Maggi, disse ontem (6) que a tabela de frete para transporte de cargas por caminhões, publicada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) como parte do acordo para por fim à paralisação da categoria, está “fora de qualquer padrão”. Segundo ele, a agência buscará fazer uma readequação da tabela.

“Depois que saiu a primeira tabela, ao fazer as contas para ver o quanto ia custar, esse negócio ficou fora de qualquer padrão de controle subindo até duas vezes, duas vezes e meia um frete. Procuramos a ANTT para entender qual o critério em que foram feitas essas contas e eles chegaram à conclusão de que era preciso apurar mais isso”, disse após cerimônia de lançamento do Plano Agrícola 2018/2019, no Palácio do Planalto.

E completou: “A ANTT vai buscar fazer uma readequação dos valores. Ninguém está querendo fugir do acordo que o presidente [Temer] fez. Agora, que ele seja justo para todos os lados”. A tabela com os preços mínimos dos fretes cobrados por empresas de



Ministro da Agricultura, Blairo Maggi.

transporte rodoviário e caminhoneiros autônomos foi publicada na semana passada, no Diário Oficial da União. Maggi exemplificou que um mesmo frete que antes da publicação da tabela custava R\$ 5 mil, agora fica em torno de R\$ 13 mil e R\$ 14 mil. “Não há possibilidade de você ter um frete tão caro assim”, disse.

O presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), João Martins da Silva, também criticou a tabela da ANTT. Se a tabela não for revista, a CNA poderá ir à Justiça questionar a legitimida-

de da medida. “Se continuar assim, vai inviabilizar”, disse. “O bom senso não prevaleceu. O que é bom senso? É que seja bom para os dois lados. Não só para os caminhoneiros e ruim para o produtor”. Martins disse ainda que os preços praticados com a atual tabela vão encarecer os produtos para os consumidores.

Mais cedo, a ANTT informou que fará uma consulta pública para discutir com a sociedade os valores instituídos pela Política de Preços Mínimos de Transporte Rodoviário de Cargas (ABR).

## Aprovado projeto que proíbe casamento antes dos 16 anos

O Plenário da Câmara aprovou o projeto da deputada Laura Carneiro (DEM-RJ), que proíbe o casamento de menores de 16 anos. Atualmente, o Código Civil, mudado pelo projeto, permite o casamento de menores de 16 anos para evitar imposição ou cumprimento de pena criminal ou em caso de gravidez. Ainda assim, é necessária autorização de ambos os pais da adolescente.

A autora destacou que, no Brasil, cerca de 877 mil meninas se casaram com menos de 16 anos. “Elas são quase vendidas a seus abusadores na forma de casamento. A aprovação do projeto é um avanço extraordinário, aplaudido por todos os organismos envolvidos nos direitos da criança e do adolescente”. Já o deputado Helder Salomão (PT-ES) disse que a proposta “preenche lacunas na



Laura: “é um avanço aplaudido por todos os organismos envolvidos nos direitos da criança e do adolescente”.

legislação para proteger adolescentes que sofrem abusos”.

Segundo a relatora da matéria pela Comissão de Constituição e Justiça, deputada Maria do Rosário (PT-RS), 30% da evasão escolar feminina estão

ligados ao casamento infantil de meninas. “Isso as sujeita a menores salários e a menos oportunidades de trabalho”, lembrou. A matéria, agora, será enviada ao Senado (Ag.Câmara).

## Anistia a caminhoneiros multados durante greve

O relator do projeto que regulamenta o transporte de cargas, deputado Nelson Marquizezelli (PTB-SP), vai retirar do texto o artigo que anistia os caminhoneiros das multas aplicadas durante a paralisação. Depois de se reunir com líderes partidários e com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, Nelson disse que a questão das multas poderá ser incluída na MP que trata do preço mínimo de fretes.

Ainda segundo o deputado, motoristas autôno-

mos e transportadoras deverão ser “anistiados” de maneira diferente. Outro ponto alterado no projeto foi o artigo que aumenta, de 20 para 40, o limite de pontos para perda da carteira de motorista para caminhoneiros e outros profissionais que trabalham com transporte, como motoristas de vans e táxis. Segundo o relator, a mudança só valerá para os condutores que não tiverem infrações graves ou gravíssimas (Ag.Câmara).

mos e transportadoras deverão ser “anistiados” de maneira diferente. Outro ponto alterado no projeto foi o artigo que aumenta, de 20 para 40, o limite de pontos para perda da carteira de motorista para caminhoneiros e outros profissionais que trabalham com transporte, como motoristas de vans e táxis. Segundo o relator, a mudança só valerá para os condutores que não tiverem infrações graves ou gravíssimas (Ag.Câmara).

## Brasil é o 106º no ranking da paz mundial

O novo relatório Global Peace Index 2018, publicado ontem (6), avalia a paz em 163 países abrangendo 99,7% da população mundial. O Brasil, que ocupa a 106ª posição e sofre com altos índices de criminalidade e corrupção, obteve uma leve melhora no ranking em relação a 2017, quando estava em 108º. O mundo hoje tem o pior índice de paz da última década.

O Brasil, entre os 23 indicadores analisados no documento, obteve os piores resultados em homicídios, percepção da criminalidade, acesso às armas, crimes violentos e terror político. A América do Sul registrou a segunda maior taxa de homicídios entre as regiões do globo, ficando atrás apenas da América Central e do Caribe. No mundo todo, as mortes em conflito aumentaram 264% nos últimos dez anos.

Países latino-americanos como o Chile e o Uruguai, apresentaram boas colocações no ranking, ocupando a 28ª e a 37ª posições, respectivamente. O Brasil ficou a frente apenas da Venezuela (143ª) e da Colômbia (145ª), entre os latino-americanos. De maneira geral, o índice global de paz piorou 0,27% no último ano. Foi o quarto ano consecutivo de pioras, com 92 países apresentando deterioração dos níveis de paz e 71 apresentando melhoras. Os países menos pacíficos do mundo, atualmente, são a Síria, o Afeganistão, Sudão do Sul, Iraque e a Somália. Os mais pacíficos são a Islândia, Nova Zelândia, Áustria, Portugal e Dinamarca (ABR).